

## **A EDUCAÇÃO E OS POVOS DA FLORESTA**

**Nilson Santos**  
**Elisabete Christofolletti**

Há três anos mantemos contatos, com a Associação de Seringueiros de Guajará Mirim, afim de iniciarmos um projeto global de educação para suas escolas. Havia uma preocupação muito grande com a viabilização rápida de postos de saúde e escolas para as colocações, uma vez que a antiga estrutura de produção se baseava na possível benevolência do seringalista, passando agora para as mãos dos próprios seringueiros.

No caso dos seringais do Município de Guajará Mirim, cujo acesso se dá pelo curso de vários rios que se interligam (Pacaás Novos, Ouro Preto, Novo, Negro), as colocações (habitações) se localizam ao longo das margens. As distâncias a serem percorridas são grandes, e nem sempre existem caminhos por terra firme, já que a capacidade de regeneração da mata é muito grande. No caso do Rio Pacaás Novos, dificilmente se perde menos de três horas de barco entre uma colocação e outra. Já no Rio Ouro Preto, com maior população, a média é de uma hora, porém a última colocação, ou seja aquela que se aproxima da nascente do rio, dista aproximadamente 15 horas de barco.

Se por um lado o acesso é aparentemente facilitado pelos cursos dos rios, existem dois grandes problemas.

O primeiro, envolve a sazonalidade. Durante aproximadamente seis meses, entre os meses de julho e dezembro, quando o degelo dos Andes é menor, e quando o regime pluviométrico se altera, tornando raras as chuvas na região, os rios baixam mais de quatro metros, tornando-os quase impraticáveis para o transporte. Assim, um percurso que em época de cheias é realizado em 7 horas, não demora menos de 9 dias. Isto acaba por provocar um isolamento forçado, principalmente das últimas colocações, cujo acesso passa a demorar mais de mês. Neste período, a subsistência das famílias se apoia basicamente naquilo que conseguem cultivar, pescar, caçar ou coletar. Neste período, tanto o peixe se torna abundante, pois ficam aprisionados em grandes “poços” no leito quase seco dos rios, quanto a farinha de macaxeira, é facilmente

encontrada, pois é de fácil armazenamento e de produção conhecida por todos compensam a dificuldade de conseguirem alimentos vindos da cidade, basicamente enlatados como carne, óleo, sal, carne de sol, macarrão e leite.

O outro problema envolve a dificuldade de transporte no período de cheia do rio, uma vez que uma “voadeira” com motor mais simples, chamado de “rabeta”, não custa menos de US\$ 2.000,00, e o combustível para um trajeto de um dia de viagem aproximar-se a US\$ 150,00.

Estes dois problemas, assentados na baixa renda familiar, menos de US\$ 100,00/mês, criou durante décadas uma relação de dependência crônica entre seringueiros (produtores) de um lado e seringalistas (atravessadores), que dispunham de capital, barracões na cidade, e barcos. Desta forma o seringalista, transportava rio acima, produtos industrializados, remédios, roupas, querosene e ferramentas, impondo seu preço de venda e compravam a borracha, castanha e outros produtos coletados na floresta, a um preço também imposto aleatoriamente.

Contam os seringueiros mais antigos que isto garantia um dívida crônica contabilizada no “barracão”, aguçada ainda mais pelo analfabetismo, que propiciava ao seringalista total controle do saldo de compra e venda de cada família. Era quase impossível ao seringueiro abandonar o trabalho, pois sempre restava um saldo a pagar. Em alguns casos, o seringalista mandava matar o seringueiro, ou tomava sua mulher como forma de pagamento de dívidas, entregando-a a outro seringueiro solteiro, que então pagava ao seringalista pela “compra” da esposa.

A agricultura de subsistência era quase sempre proibida, pelo seringalista, pois, isto significaria um tempo menos de corte da seringa e por conseguinte produção menor, além de talvez ameaçar a dependência do barracão, uma vez que cada um poderia começar a produzir alguns alimentos que necessitassa, esta situação aumentava ainda mais a dependência.

Escolas ou postos de saúde eram inexistentes, pois nem o poder público dispunha de interesse ou capacidade de atendimento, nem os seringalistas, já que isto não significava aumento da produção/lucro.

Freqüentemente as pessoas acometidas por doenças ou picadas de cobras, não saiam do seringal, pois nas “chatas”, grandes e lentas

embarcações que levavam e traziam produtos, haviam alguns remédios, para situações de emergência, que eram vendidos.

Porém este quadro, a partir de 1992, quando a ASGM - Associação de Seringueiros de Guajará Mirim é criada para melhorar a condição de vida dos seringueiros, eliminando a figura do seringalista. A partir de então este quadro começa a mudar lenta e significativamente.

Uma das primeiras conquistas foi o a decretação da área como reserva Extrativista, sob responsabilidade da ASGM.

Neste período, a Associação, com suporte do CNS - Conselho Nacional de Seringueiros, muito conhecido pela figura de Chico Mendes, consegue apoio de várias Organizações Não Governamentais para desenvolver projetos na área de saúde, educação, e infra-estrutura.

Assim, são construídas aproximadamente 12 prédios, espalhados pelas colocações do Rio Ouro Preto, com quatro ambientes, que serve como escola, posto de saúde, moradia do professor e moradia do agente de saúde.

Neste meio de tempo a Associação constrói sede própria na cidade de Guajará Mirim com alojamentos para os associados quando necessitassem vir à cidade, e começa a substituir a figura do seringalista, na comercialização da borracha. Os preços praticados entre os seringalistas e a Associação (na compra da borracha e na venda dos gêneros de primeira necessidade), são a princípio semelhantes, porém um intenso trabalho de conscientização é iniciado, para que os seringueiros se associassem e comercializassem com a Associação.

Iniciada a consolidação de sua base de atuação, a Associação, começou a aplicar recursos na compra de barcos que pudessem ser utilizados pelos seringueiros, chegando hoje a condição de, via projeto enviado ao PLANAFLORO, realizarem a compra de descascadoras de arroz, geradores de energia e moendas de cana, que estão espalhadas ao longo das colocações.

O preço da borracha mantém-se em queda e a percepção da importância econômica da Associação e de sua identificação como um fórum de luta, fizeram com que a figura do seringalista fosse desaparecendo e, com ele, a forma servil de produção.

Com a “libertação” do barracão, o êxodo da Reserva é sentido, pelos atrativos que a cidade oferece, pela busca de escolaridade para os filhos, e

pelo sonho de garantir aos filhos um futuro melhor. Isto impulsiona ainda mais a direção da Associação a lutar por melhorar as condições de comercialização da borracha, diversificar as fontes de renda, estimular a agricultura de subsistência, a produção de farinha, a criação de animais, e a buscar levar para dentro das reservas melhores condições de vida.

Nos três primeiros anos, o objetivo maior era criar grande número de escolas de 1ª a 4ª séries para alfabetizar as crianças em idade escolar, buscando combater o analfabetismo infantil e o êxodo das famílias.

Nestes dois últimos anos, apesar de algumas unidades serem fechadas pela pequena quantidade de alunos, ou pelo êxodo das famílias, a preocupação deslocou-se para a qualidade do ensino, uma vez que percebeu-se que os professores que se aceitam trabalhar com estas escolas, não tem formação. Além disto, a qualidade dos livros didáticos, e o calendário escolar, acabam por dificultar ou desestimular a permanência dos alunos na escola.

Ao mesmo tempo o Governo Estadual, consegue um empréstimo externo, junto ao Banco Mundial, para investir na infra-estrutura do Estado, na conservação do meio ambiente, na demarcação de reservas indígenas, de seringueiros e biológicas, além de destinar recursos para o incremento produtivo do Estado.

Apesar de muito polêmico, pois o valor é igual a quase um ano de arrecadação do Estado, e de suspeita de desvio para financiar campanha de políticos da região, além de compras superfaturadas e do aumento do número de funcionários, algumas ações no sentido de fortalecer as reservas extrativistas começam a se efetivar. Muito embora a avaliação do próprio Banco Mundial seja negativa, e apesar de saber-se que a injeção de recursos tem antes de mais nada provocado uma degradação ambiental em proporção maior à praticada até então, pois a pecuária extensiva, a monocultura, e a indústria madeireira (leia-se extração indiscriminada e sem controle efetivo de mogno e outros tipos de madeiras nobres) acabaram por receber recursos, destruindo muitas áreas de floresta virgem.

Basta lembrar que por quase dois meses (julho e agosto), em 95, a cidade de Porto Velho, e Rio Branco ficaram sob forte fumaça, provocando a suspensão das atividades do aeroporto por vários dias consecutivos, em

vistude da falta de visibilidade e segurança, sem que o governo federal e estadual tomassem qualquer atitude.

Porém, como haviam sido assumidas cláusulas para o empréstimo, prevendo recursos para as Reservas do Estado, os seringueiros conseguiram um fato inédito: o reconhecimento de quase trinta áreas como sendo Reservas Extrativistas. Para se ter idéia, quando da morte de Chico Mendes, que repercutiu fora do país, provocando uma reclama geral de governos e Organizações Não Governamentais sobre o Governo Federal, que acabou criando, somente quatro reservas federais na Região Amazônica.

Isto aconteceu pois parte da direção da Associação de Guajará Mirim, acabou por engrossar a estrutura da OSR - Organização de Seringueiros de Rondônia, que apesar de ter o papel de aglutinar as lutas dos seringueiros do Estado, estava um tanto esvaziada, dadas as dificuldades políticas e jurídicas que vinham tendo até então.

Com o apoio do CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros, criado por Chico Mendes, e realizando pressões dentro do projeto de empréstimo do Governo do Estado, a OSR, foi conseguindo, hora juridicamente, hora politicamente o reconhecimento de todas as reservas, restando hoje somente uma área, já encaminhada à justiça, tendo como as anteriores, plena possibilidade de ser reconhecida.

As experiências ocorridas nos primeiros anos de organização da Associação de Guajará Mirim, foram decisivas para este grupo rapidamente fomentar nestas reservas, a criação de associações, que a exemplo do que fizeram, rapidamente promoverem infra-estrutura para conquistar melhores preços de venda e melhor infra - estrutura interna nas áreas.

Surgem novas preocupações voltadas para a ampliação das escolas existentes nas reservas, agora com forte sensibilidade para aliar construção e adequação de qualidade, como a necessidade de se adequar o conteúdo e o calendário escolar ao cotidiano das crianças, que muito cedo, trabalham nas linhas de seringa (que ocorre num período do ano todo), na coleta de castanha (típico nos meses de novembro à janeiro) ou outros produtos, na roça, ou no serviço doméstico.

Desta forma, estamos há mais de um ano, fazendo visitas, coletando depoimentos, relatos, documentos e dados sócio-econômicos sobre

aproximadamente trinta Reservas Extrativistas. Deste levantamento, foi possível detectar a necessidade de termos atenção para oito elementos do que chamamos de um “sistema de ensino” para os povos da floresta, que são apontados abaixo:

#### **A. Definição do local de construção das futuras novas escolas e respectivas infra-estruturas**

O alto índice de crianças em idade escolar, que estão fora dela, nos obriga de imediato elencar esta ação como prioritária. Mas a pura decisão de construir não é suficiente para garantir o acesso. O local pode ser determinante, já que entre uma colocação ou outra temos longas distâncias a percorrer, seja pelas picadas abertas no meio da mata, ou pelo rio, onde há que se ter claro, que são crianças que terão que conduzir as pequenas canoas à remo. Este problema já obrigou a abandonar prédios com dois anos de construção pela dificuldade de acesso.

Assim, construir escolas onde não existam, tendo como critério a indicação da comunidade e a proximidade para o maior número de famílias, além de realizar um trabalho de sensibilização dos pais para que procurem facilitar o acesso de seus filhos à escola são ações indissociáveis e imprescindíveis. No caso de já haver prédio construído, é fundamental adequá-los às exigências climáticas da região.

O CTA - Centro dos Trabalhadores da Amazônia, sediado no Acre, desenvolveu um modelo de prédio escolar que possibilita um conjunto maior de atividades em seu espaço interno, fundamentalmente de grupo, muito maior em termos de metro quadrado de área construída do que os prédios normalmente preparados pelas prefeituras. Além disso, a preocupação com ventilação e iluminação adequada, combinada com uso de materiais retirados da própria mata, faz do projeto do CTA o mais adequado e de baixíssimo custo.

As escolas existentes, construídas pelos municípios, não raras vezes, são cobertas com telha de amianto o que impossibilita a atividade de aulas em tardes que não chovam. Alguns professores tem retirado seus alunos da sala, procurando algum pequeno galpão desocupado, coberto com sapé como local mais apropriado. As janelas são pequenas e não podem ficar abertas em dias

de chuva, o que compromete a entrada de luminosidade e torna a temperatura do ambiente mais elevada ainda.

A melhor alternativa encontrada para as novas escolas, são de salas hexagonais, com saídas de ar, para exaustão pelo teto, garantindo uma maior ventilação, provocando uma maior circulação de ar pela sala. O projeto prevê uma janela para cada lado do hexágono, aumentando a entrada de luz natural, uma vez que não há energia elétrica, além de garantir uma ventilação mais agradável e própria para o clima da região, estas janelas, pelo tipo de estrutura de construção podem se transformar em portas de acesso a outras salas iguais, que venham a ser construídas posteriormente, separadas por um pequeno corredor coberto, sendo possível a ampliação a partir de cada um dos seis lados, podendo uma unidade constituída de uma sala originalmente ser ampliada na forma de colmeia, abrigando outras instalações, como moradia para o professor, enfermaria, alojamento para os que estão de passagem, cozinha, local de reuniões para a comunidade.

A cobertura deste tipo de construção também é de madeira, muito melhor que a cobertura normalmente usada que é a de sapé, que acaba por permitir em um curto período a infiltração de água das chuvas. E muito melhor que as telhas de amianto, que abafam a ventilação e aumentam a temperatura da sala, sob o sol, além de serem difíceis e frágeis para o transporte.

Seu custo é menor, principalmente porque todo o material usado em sua construção é retirado do próprio local: madeira e palha, não sendo necessário o transporte de material de construção da cidade para as áreas, o que implica em custo elevado e perda de material. Sua construção pode ser feita pela própria comunidade com pequenos esclarecimentos de técnicos especializados, e algumas ferramentas, pois sua estrutura se assemelha às casas construídas pelos seringueiros.

Outra vantagem deste tipo de construção com baixo custo, está na possibilidade de serem abandonadas para serem reconstruídas em outros locais, para onde as famílias tenham mudado, pois uma característica marcante das reservas é a mobilidade das famílias dentro da mata, sempre para mais perto do trabalho. Além disto, as muitas casas abandonadas são ecologicamente compatíveis com a idéia de conservação do meio ambiente, pois a madeira e palha, com o passar do tempo apodrecem e rapidamente

constituem-se em material orgânico, que são absorvidos pela mata, diferente das construções de alvenaria, que geram escombros.

## **B. Definição de critérios para a política de contratação de professores**

A simples contratação de professores por parte de alguns municípios, que ainda são em número bastante acanhados, não tem garantido uma qualidade satisfatória ao ensino, e coloca sob suspeita a capacidade profissional do professor contratado.

Considerando que não há processo seletivo específico para quem vá atuar como educador no campo ou na cidade, a lógica do preenchimento das vagas obedece a idéia do posicionamento de cada um na lista geral de classificação

Os melhores colocados, e em tese os mais habilitados para atuarem como educadores escolhem as escolas do centro da cidade, esgotada esta possibilidade, são preenchidas, pelos aprovados, as vagas das escolas da periferia, para então serem ocupadas as escolas rurais, e em seguida as escolas de populações ribeirinhas, que embora distantes da cidade, tem uma facilidade de transporte muito grande, e finalmente são preenchidas, quando possível, as vagas disponíveis nas escolas dos seringais, com os últimos nomes da lista de classificados, que geralmente é composta por professores recém formados, cuja pontuação de currículo e experiências é ainda acanhada, pelos menos competentes, ou pelos chamados professores leigos, que não tem qualquer formação, mas que nos pequenos municípios do interior, são permitidos de prestarem concurso, afinal a mentalidade é a de que com o salário que se paga, qualquer um pode ser professor.

Dentro das reservas, os professores de origem urbana, vivem em sua maioria um misto de sonho e pesadelo. Sonham com uma ligeira passagem por estas escolas, e rápida transferência para uma escola qualquer, que seja mais próxima da cidade, para tanto, ou “se vende” a algum político influente, ou abandona freqüentemente a escola e freqüenta a Secretaria de Educação, na cidade, à “caça” da transferência. O pesadelo que tem que encarar é a vida no seringal, que difere substancialmente da sua vida na cidade, este

desenraizamento é responsável por uma quantidade muito grande de abandonos de escola, por parte dos professores.

Assim, não basta ter professores contratados e mantidos pela Prefeitura ou Estado, é necessário que seja feita uma seleção diferenciada, pois para ensinar no seringal é preciso que o professor tenha proximidade, identidade e conhecimento desta população. Este tipo de trabalho deve ser encarado como opção, e não como ausência dela, para que não tenhamos um exercito de rejeitados ao invés de um corpo docente.

A responsabilidade pela manutenção do professor em termos contratuais entendemos que deva ser do poder público, porém os critérios de seleção e formação da equipe que desenvolverá o trabalho de educação dentro do seringal, deverá ser específico.

Os pais se queixam muitas vezes, pois o professor que sai do seringal para buscar seu salário, muitas vezes passa até quinze dias na cidade, deixando os alunos sem aula, retornando quando já gastou todo salário, não podendo mais manter-se.

### **C. Elaboração de currículo próprio**

Em recente visita a uma escola do seringal do Rio Pacaás Novos, presenciamos uma professora dando exemplos de palavras iniciadas com a letra “e”: “elevador” e “elefante”. Chegamos a encontrar uma supervisora, vinda do município, especialmente para aplicar a prova mensal (padronizada) de conhecimentos gerais a grupos de adultos em fase de alfabetização, uma das atividades da avaliação padronizada para todas as escolas do município solicitava que os alunos desenhassem um “semaforo” (sic). Estas incongruências são cometidas diariamente por professores que muitas vezes suspeitam que o que fazem não é correto, mas que não conseguem encontrar alternativas, ou por incapacidade, ou por falta de reciclagem, ou pela falta de material adequado.

O currículo pretendido para as escolas do seringal, não deve suprimir informações, deve conter a maior parcela possível do conteúdos do currículo urbano, para que não tenhamos um ensino de segunda categoria, e por conseguinte um cidadão de segunda categoria, mas deve incluir conteúdos

voltados para a realidade de quem vive e trabalha no seringal, por isso ele deve ser diferenciado e não diferente.

Com isto temos a certeza de que não estamos iludindo ninguém, nem sonhando informações sobre a forma de vida na cidade, ou sobre o conhecimento humano, mas dando forma e vida a um conhecimento e uma sabedoria próprios de uma mentalidade distinta, rica e capaz de produzir vida digna.

#### **D. Formação de professores**

A grande maioria dos professores que atuam nas escolas das Reservas Extrativistas tem, raras vezes, o segundo grau completo, do total um ou dois tenham concluído a formação de magistério de segundo grau. Como uma das conseqüências temos a postura pedagógica que lhes salta aos olhos, como horizonte a ser perseguido, se apoiando antes de mais nada nas lembranças guardadas de seus antigos professores. Apesar da “boa vontade” demonstrada pela maioria deles, e da disposição sincera por melhorar seu desempenho, acabam por reproduzir a velha relação de poder que conhecem e que foram submetidos à ela, onde o professor o professor manda e os alunos obedecem, fórmula tida como infalível.

Se nos parece necessário ter cuidados especiais no procedimento seletivo para a contratação de professores, também se faz necessário atuar junto aos professores que estão trabalhando em sala de aula. Porém, há que se levar em consideração que as dificuldades de transporte e as grandes distâncias a serem percorridas, impedem que haja uma forma continuada de intervenção. Resta-nos uma alternativa bastante viável, que envolve o uso da sede da Associação. Com um alojamento que pode comportar aproximadamente 20 pessoas, e com dependências que podem ser adaptadas para o trabalho de grupo, é possível trazê-los mensalmente para a cidade, fazendo coincidir este trabalho com o período em que se deslocam para receberem seu salário.

A dinâmica deste trabalho mensal, envolveria desde a formação teórica, até a elaboração de material a ser levado para cada escola, passando pela

discussão dos problemas e soluções cotidianas encontradas pelos professor e relatada aos demais.

### **E. Elaboração de material didático próprio**

Apesar do difícil acesso, é comum encontrarmos nas escolas um número razoável de cartilhas de alfabetização, comumente distribuídas nas escolas do restante do país. cartilhas como “Caminho Suave”, “Pipoca” e mais recentemente “Integrando o Saber”, referências “inquestionáveis” no ensino tipicamente urbanos brasileiro, são vistos por sobre as tábuas, ou mesas improvisadas dos professores das reservas. Repetem-se portanto os mesmos erros criticados e enfadonhamente conhecidos há mais de 30 anos, pelos educadores. Assim, continua a letra “u” ser de uva, a letra “n” de navio, a letra “x” de xadrez.

Apesar do incômodo relatado pelos professores em utilizarem um material didático impróprio, acabam por ceder, pela inexistência de outros materiais, ou pela impossibilidade de produzirem material próprio, ou ainda pela incapacidade de detectarem outras alternativas.

Há portanto uma cadeia de insensibilidades, impotências e incompetências, que envolvem num extremo o poder público local, que está plena e satisfatoriamente informado sobre a sua realidade, afinal, quase mensalmente supervisores dos municípios dirigem-se a todas as localidades, conhecem pessoas inclusive pelo nome, muitas vezes nasceram na região, portanto sabem muito sobre as particularidades de cada local. Os relatórios de supervisão, estão recheados de exemplos bem detalhados sobre o andamento das escolas urbanas e não-urbanas. Porém as soluções, como se fossem fruto de magia, não se relacionam. Temos uma realidade conhecida e descrita, mas indecifrável, “o pé e a butina não se ajustam”.

No outro extremo, está o professor, que “acha” que o seu ambiente de atuação se circunscreve a atuação dentro dos limites da sala de aula, não cabendo a ele interferir na materialização das políticas públicas da educação. Contenta-se em atuar da melhor maneira possível com aquilo que trazem para dentro de sua escolinha. Tornam-se vítimas e cúmplices ao mesmo tempo, então apesar de quatro números menor, “o pé, errado, se molda à butina”.

A produção de material didático próprio, partindo-se fundamentalmente elementos locais, e da própria mentalidade da localidade, pode provocar um rompimento nesta letargia pedagógica, pois não se funde com a modorrenta prática do ensino oficial, seus educadores e supervisores.

Neste sentido, não nos resta outra alternativa, senão a elaboração de uma cartilha, se possível para cada reserva, cujos organizadores sejam os seus professores, não se pretende substituir a cartilha urbana (com suas verdades e mentiras), por a cartilha local (também carregada de vícios), porém devido a falta de infra-estrutura das escolas, e a baixa qualificação dos educadores, nos obriga a elaborar previamente um material didático.

Porém, este material implica imediatamente numa mudança de mentalidade. O conhecimento contido nelas, não pode ser tratado como um roteiro de conteúdos, dos quais não é possível nem fugir, nem superar. Ele é na verdade um grande suporte de informações e procedimentos para o professor, um roteiro de orientações que ele possa da maneira mais clara e própria avaliar associa-la a outras que vivencie.

#### **F. Criação de grupos de Educação de Adultos em cada escola**

O analfabetismo em pessoas com idade acima de 14 anos, é de aproximadamente 85%, em todas as Reservas de Rondônia, um índice bestial como este, não é encontrado em nenhum canto do país. Estes números, que há mais de oito décadas não se altera, esteve impossibilitada de sofrer qualquer alteração, durante o período em que o seringalista, para manter a forma servil de produção, contava com a desinformação. Este problema, que após a criação das associações, muito embora venha sendo abordado, ainda não teve nenhuma ação concreta, pois, os poucos recursos destinados à educação, são dirigidos ao ensino fundamental com as crianças.

Uma forma de contornar rapidamente o problema, envolve a qualificação do próprio professor que já está nas colocações, que pode trabalhar com as crianças de manhã, e com os adultos no final da tarde ou à noite.

Porém, este não é apenas um problema de adequação de horário, envolve trabalho específico de formação para o professor, para que este não repita as mesmas mazelas cometidas por muitos educadores, que ao

trabalharem com adultos, os tratam como crianças, cometendo o mesmo massacre pedagógico, infantilizando o adulto, o conteúdo, e a si mesmo.

### **G. Definição adequada de calendário escolar**

Em virtude da baixa renda das famílias, até mesmo as crianças são, desde tenra idade tidas como força de trabalho importante, quer no trabalho doméstico, no corte de seringa, na coleta, ou na roça.

A particularidade de cada uma destas atividades de trabalho, obrigam aos seringueiros mudarem seu cotidiano. No período de extração de borracha, os homens e as crianças saem de casa, por volta das 4 horas da madrugada, retornando na metade da manhã.

Se estiver dentro da floresta em atividade de coleta (óleo de copaíba, pupunha ou castanha), retorna no final da tarde, por volta de 4 da tarde. Caso esteja preparando a roça de macaxeira; almoça em casa, e vai para a lida com a terra, retornando no meio da tarde.

Desta feita, dependendo da atividade, o trabalho é mais intenso em alguns meses, ou em alguns horários do dia. Isto acaba por obrigar as crianças, mesmo com 8 ou 9 anos, a interromper momentaneamente os estudos. O fato da escola tornar-se insensível a este “detalhe”, acaba por gerar um índice de abandono muito grande, ou na maioria das vezes, os pais proíbem os seus filhos de irem à escola, já que sabem de antemão que sua saída será inevitável, mais ou menos tarde.

Neste caso, é necessário que não somente haja um calendário específico para as escolas dos seringais, mas que cada escola faça esta adequação, visto que alguns produtos são mais abundantes em uma área do que em outra, ou demandam formas de trabalho peculiar.

### **H. Implantação de escolas de 5ª a 8ª série de cunho profissional**

A falta de opção para a continuidade de estudos, aos que conseguem concluir as quatro primeiras séries nas escolas das reservas, acaba por alimentar a onda de migração para as cidades. Muitas vezes, para garantir a continuidade de estudos aos filhos, as famílias mudam-se para a cidade, não

retornando posteriormente, alimentando o inchaço das cidades e fazendo crescer as hordas de desempregados ou sub-empregados.

Por vezes, as famílias mandam seus filhos morar na cidade, em casa de parentes, para poderem estudar. Infalivelmente eles não retornam.

Por outro lado, o ensino de primeira a quarta séries somente alfabetiza, não preparando sob nenhum aspecto as crianças para o trabalho no seringal. Cabe à família o papel de ensiná-lo a trabalhar.

Um modelo de escola muito eficiente no meio rural, destinado aos filhos dos pequenos produtores rurais de Rondônia, é a EFA - Escola Família Agrícola. deixados de lado, neste instante a sua perspectiva religiosa, ou sua mentalidade pedagógica, cabe-nos salientar a sua eficiência no aprendizado, sua compatibilidade com a atividade produtiva do campo. A escola funciona em regime de semi-internato, ou seja por quinze dias no mês, as crianças estudam o dia todo na escola, ali dormem, e fazem suas refeições. Nos dias restantes, eles voltam para suas propriedades, para ajudarem no trabalho familiar, e recebem uma série de tarefas. Estas tarefas vão desde a observação de formas de plantio, colheita, armazenamento, ou outra qualquer, passando pela organização de hortas, introdução de apiários, ou reconstituição da história de suas próprias famílias.

Posteriormente, quando do novo retorno à escola, o “diário de campo” de cada criança torna-se fonte importante de reflexão e aprendizado. O trabalho da EFA, no interior do Estado, já garantiu uma mudança substancial da produção das pequenas propriedades rurais, que hoje já produzem em grande escala o mel, as verduras e as frutas consumidas no Estado.

Este modelo de escola, tem demonstrado ser o mais adequado, pois consegue garantir a solução para vários problemas graves do ensino.

O primeiro nos remete a falta de articulação do conteúdo escolar com o cotidiano e a necessidade de sobrevivência.

O segundo envolve a preocupação com a evasão, fruto da falta de conciliação entre horário de trabalho e de estudo.

O terceiro é o custo de uma escola de 5ª a 8ª séries, que demanda a necessidade de vários professores, e uma infra-estrutura complexa.

E o quarto é fundamental, que aparece como grande desafio para a sustentabilidade econômica das reservas, que implica no aprendizado de

modos de extração da borracha mais produtivos, no conhecimento de produção de “couro vegetal”, na introdução da agricultura de subsistência, como forma de aumento de renda, na produção de farinha para venda, em modos de armazenagem, e no aprendizado de cria de animais de pequeno porte, como galinhas, codornas.

Neste sentido a escola pode se tornar um veículo importante de disseminação de novas e melhores formas de vida, garantindo um ensino conseqüente, aproximando conhecimento e vida, escola e vida.